

O imperativo da inclusão e o sujeito empresário de si na contemporaneidade¹

El imperativo de la inclusión y el sujeto empresario de sí mismo en la contemporaneidad

Imperative of inclusion and businessperson of her / himself in contemporary

Iolanda Montano dos Santos*
Viviane Klaus**

* Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professora do Curso de Pedagogia das Faculdades Integradas São Judas Tadeu – FSJT.
Correo electrónico: imontano@via-rs.net

** Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Coordenadora dos Cursos de Pedagogia (presencial e na modalidade a distância) e do Curso de Pedagogia PARFOR na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Professora do Curso de Pedagogia desta mesma Universidade.
Correo electrónico: viviklaus@unisinos.br

1 Este artigo constituiu-se a partir de um recorte de um dos capítulos das pesquisas – *Desenvolvimento e governamentalidade (neo)liberal: da administração à gestão educacional e Inclusão escolar e a educação para todos* – realizadas no curso de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Para maiores detalhes sugerimos a leitura de Klaus (2011) e Santos (2010).

Resumen

Este artículo señala que la inclusión de todos en la escuela o en la sociedad es un imperativo contemporáneo y una estrategia fundamental para el funcionamiento de la gubernamentalidad neoliberal. En el interior de ese juego neoliberal, donde los sujetos de interés necesitan buscar de manera aislada un sentido a sus vidas, se crean condiciones de posibilidad para su gestión, haciéndolos empresarios de sí mismos. Los comportamientos contemporáneos pasan a ser comprendidos en términos de un emprendimiento individual, un emprendimiento de sí mismo con inversión y renta.

Palabras clave

Inclusión, gubernamentalidad neoliberal, sujeto empresario de sí, contemporaneidad.

Resumo

Este artigo assinala que a inclusão de todos na escola ou na sociedade é um imperativo da Contemporaneidade e uma estratégia fundamental para o funcionamento da governamentalidade neoliberal. No interior desse jogo neoliberal, no qual os sujeitos de interesse precisam buscar de maneira isolada um sentido às suas vidas, criam-se condições de possibilidade para o gerenciamento dos sujeitos, tornando-os empresários de si mesmos. Os comportamentos contemporâneos passam a ser compreendidos em termos de um empreendimento individual, um empreendimento de si mesmo com investimento e renda.

Palavras chave

Inclusão, governamentalidade neoliberal, sujeito empresário de si, contemporaneidade.

Abstract

This article points that inclusion of all at the school or society is a contemporary imperative and a fundamental strategy for working of neoliberal governmental. Inside this neoliberal playing, where the individuals of interest need to look for, in an isolated way, a sense to their lives, conditions of possibility for their management are created, make them businesspeople of themselves. Contemporary behaviors are understood as her / himself undertaking, an undertaking of themselves with investment and profit.

Key words

Inclusion, neoliberal governmental, individual-businessperson of her / himself, contemporary.

Fecha de recepción: 30 de enero de 2013

Fecha de aprobación: 27 de abril de 2013

Para começar

[...] as análises de Foucault, acerca das relações de poder que entram em jogo na atualidade, representam, antes, a preparação de um espaço em que a problemática da constituição do sujeito pode colocar-se em toda sua complexidade. As análises das relações de forças é meio e não fim (Fonseca, 2003, p.142).

As idéias que eu gostaria de discutir aqui não representam nem uma teoria nem uma metodologia. Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos (Foucault, 1995, p.231).

Optamos por iniciar este artigo com excertos que nos remetem a duas demarcações importantes na obra de Michel Foucault: a primeira é a de que a questão do sujeito é um tema pertinente na obra do filósofo, na medida em que é tratada segundo os termos da problemática da sua constituição, ou seja, na medida em que o sujeito não é um dado, não é algo transcendental, mas se constitui no interior de práticas históricas — o único *a priori* nos estudos foucaultianos é o *a priori* histórico; a segunda demarcação é o âmbito do presente, de forma que a constituição do sujeito se dá no presente e fabrica para o presente um tipo específico de indivíduo (Fonseca, 2003). No caso deste artigo, nosso destaque é para um tipo de indivíduo que, mesmo estando incluído socialmente, deve ser um empreendedor de seu próprio desenvolvimento, de sua própria educação. Tal ideia também nos leva a pensar sobre os sentidos que têm sido dados à inclusão como algo hegemônico, universal e não-problemático, principalmente quando se trata da inclusão de todos na escola ou na sociedade.

A inclusão é um imperativo da sociedade contemporânea. Ela é uma estratégia que está implicada diretamente na nova ordem social neoliberal e sua decorrente fragmentação social. Nessa nova ordem, criam-se as condições de possibilidade para o gerenciamento dos sujeitos, tornando-os autônomos e empresários de si mesmos (Santos, 2010), bem como para a reconfiguração do papel do Estado.

Nessa perspectiva, a inclusão é entendida como “[...] uma forma de romper com práticas e relações sociais discriminatórias, ao longo de um processo de mudanças cotidianas de atitudes de uns em relação aos outros” (Santos, 1998, p. 448). É dentro dessa mesma perspectiva que a igualdade de valores e direitos se reafirma, enfatizando-se também que

a possibilidade de aprender deve atingir a todos indiscriminadamente. Isso implica que o sistema educacional terá de reconhecer a diversidade como uma fonte de riqueza para o convívio social e para a aprendizagem dos sujeitos (Stoer e Cortesão, 2004) – em outras palavras, reconhecer a inclusão como uma importante estratégia, tanto para o convívio social quanto para a aprendizagem de todos.

Importa dizer que as políticas de inclusão neoliberais exigem maior mobilidade dos sujeitos para mantê-los sempre em atividade e incluídos, ainda que em diferentes níveis de participação. Com a mobilização e a flexibilização, aumenta-se a capacidade de aproveitar as oportunidades oferecidas pelo mercado. Tal excesso de oportunidade para consumir e/ou participar refere-se não tanto a uma “emancipação”, mas a uma “redistribuição de liberdades” (Bauman, 2000, p. 106). Assim sendo, analisamos a inclusão como uma estratégia para produzir determinadas práticas que governam sujeitos cada vez mais regidos por uma lógica neoliberal.

Conforme anunciamos anteriormente, a constituição do sujeito dá-se no presente e fabrica no presente um determinado tipo de indivíduo. Desse modo, a ontologia histórica do presente possibilita: problematizar as evidências e as universalidades; colocar em questão o habitual, aquilo que se naturalizou diante de nós como se estivesse *desde sempre aí no mundo*; desconstruir historicamente aquilo que somos e estamos deixando de ser, de forma que as questões “*O que estão fazendo de nós? O que estamos fazendo de nós mesmos? Como podemos fazer diferente?*” são cruciais neste tipo de analítica.

Veiga-Neto (2006, p.5) diz que: “assim, mais do que inspirar, o filósofo nos dá ferramentas para compreendermos o nosso presente e aquilo que somos ou aquilo que estamos nós ou estão os outros fazendo conosco e, se for o caso, nos rebelarmos contra isso”. Foi justamente tendo como mote principal a história do presente — principalmente a partir da noção de como nos constituímos como *sujeitos de ação sobre os outros* (ser-poder) — que construímos este artigo. Procuramos compreender alguns elementos importantes da lógica neoliberal, dentre os quais destacamos: o empresariamento da sociedade, a produção de sujeitos empreendedores (sujeitos empresários de si mesmos) e a reconfiguração do papel do Estado na atualidade. É importante ressaltar que a inclusão social de todos na atualidade é uma estratégia fundamental para o funcionamento da governamentalidade neoliberal. A mobilidade de uma população e a capacidade que ela tem de fazer opções de mobilidade, que são consideradas opções de investimento para obter uma melhoria na renda e também na sua vida,

permitem analisar os comportamentos contemporâneos em termos de empreendimento individual, de empreendimento de si mesmo com investimento e renda (Foucault, 2008a). O mercado não é mais um princípio de autolimitação do governo, mas será uma espécie de tribunal econômico permanente em face do governo. Segundo Foucault (2008a, p.339), “[...] no liberalismo clássico, pedia-se ao governo que respeitasse a forma do mercado e se ‘deixasse fazer’. Aqui, transforma-se o *laissez-faire* em não deixar o governo fazer, em nome de uma lei do mercado que permitirá aferir e avaliar cada uma das suas atividades”. No interior desse “novo” jogo neoliberal de constituição e dissolução da sociedade civil, os sujeitos de interesse precisam buscar de maneira isolada um sentido às suas vidas.

Para contextualizarmos alguns dos elementos que constituem aquilo que dizemos ser o tempo presente, principalmente este sujeito empresário de si e a fragmentação do social, dividimos o artigo em duas seções. Na primeira seção, *Sociedade moderna e o poder sobre a vida*, discorreremos de forma breve sobre os três modelos de exercício de poder que são centrais na obra de Michel Foucault: o *poder de soberania*, o *poder disciplinar* e o *biopoder*. Esta discussão é fundamental, pois possibilita uma maior compreensão da constituição do “sujeito moderno”, da noção de população e do contrato social que coloca em funcionamento a sociedade moderna através de um jogo permanente entre *liberdade e segurança*. Ao longo da seção, problematizamos a constituição daquilo que dizemos ser a sociedade moderna. Importa dizer que, num primeiro momento da Modernidade, foi plausível imaginar a sociedade em função de uma rede de deveres e obrigações em que os sujeitos eram apanhados à medida que cresciam e conquistavam seus direitos de adultos (Bauman, 2000). Já na atualidade, o que está em jogo é o “hiper-investimento do privado” (Lipovetsky, 1983, p.41), ou seja, um processo de “individualização exacerbada”. Como falar em igualdade (segurança) num cenário de maximização da liberdade individual?

Na segunda seção, *Contemporaneidade, neoliberalismo e o sujeito empresário de si*, constatamos que a transformação do Estado numa grande empresa é algo muito mais econômico, eficiente, produtivo e lucrativo. Discutimos que a forma contemporânea de viver requer um sujeito aprendente por toda a vida que pode recriar continuamente o seu eu ao se tornar um agente de resolução de problemas; um sujeito que seja responsável pelo progresso social e pela realização pessoal de sua própria vida, ou seja, um sujeito empresário de si, um sujeito “gestor”. É nessa esteira

que este artigo se articula com o tema da inclusão, que tem provocado muitas discussões e interesse por parte de educadores e diferentes *experts*.

Sociedade moderna e o poder sobre a vida

Diante da justiça do soberano, todas as vozes devem-se calar (Foucault, 2002, p.3).

[...] (a população diz respeito, então, à “espécie humana”, noção nova na época que se deve distinguir de “gênero humano”) e, por outro, pode dar vazão a intervenções articuladas (por intermédio das leis, mas também das mudanças de atitude, de maneiras de fazer e de viver que podem ser obtidas pelas “campanhas” (Foucault, 1997, p.84-85).

Em suas análises históricas, Foucault apresenta três modelos de exercício de poder: o de *soberania*, o *disciplinar* e o *biopoder*. Tais poderes não se excluem – eles se complementam. Tanto que as tecnologias disciplinares são construídas no âmbito da soberania como uma forma de sujeitar o corpo do indivíduo, tornando-o dócil e manipulável. Resumidamente, pode-se dizer que, na teoria clássica da soberania, o direito de vida e de morte era um de seus elementos fundamentais. Em tal lógica, o fato de o soberano ter direito de vida e de morte sobre seus súditos significa que ele pode fazê-los morrer ou deixá-los viver. Aqui, vida e morte não são fenômenos naturais, nem “se localizariam fora do campo do poder político” (Foucault, 2005, p.286). Em relação à vida e à morte, o súdito é neutro, e é por causa do soberano que o súdito tem o direito de estar vivo ou morto. Assim, o “efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar” (Foucault, 2005, p.286). Portanto, o direito de soberania é o de *fazer morrer ou deixar viver*. Diante da verticalidade do poder “soberano”, a violência era utilizada como uma prática exemplar a fim de manter sob controle determinada população considerada indesejável. Tal poder referia-se ao direito de “dispor” da vida dos súditos; podia-se retirar-lhes a vida, uma vez que ela lhes tinha sido “dada”.

Nos séculos XV e XVI, ocorrerá uma explosão das artes de “governar”, ou seja, das artes de conduzir a própria conduta e de conduzir a conduta dos outros (Foucault, 1997). A questão central será “como se governar, como ser governado, como governar os outros, por quem devemos aceitar ser governados, como fazer para ser o melhor governador possível” (Foucault, 2008b, p.118). Veiga-Neto (2003) diz que, em seus estudos, Foucault analisa de que forma o significado amplo de *governo e governamento* foi

sendo apropriado pelo Estado e ficando restrito às instituições do Estado, de modo que “o que há de importante para a nossa modernidade, isto é, para a nossa atualidade, não é, portanto, a estatização da sociedade, mas o que eu chamaria de ‘governamentalização’ do Estado” (Foucault, 2008b, p.144-145).

Mesmo partindo do pressuposto de que o Estado tem uma natureza e racionalidade próprias, as artes de governar não conseguem entrar em funcionamento de forma efetiva antes do século XVIII, de forma que, nos séculos XVII e XVIII, o foco de governo foi a urbanização do território com o objetivo de tornar o reino uma grande cidade. A polícia será fundamental neste contexto, pois atuará no nível da regulamentação, da ordenação – ela se ocupará dos detalhes (Foucault, 2008b). Nesse cenário, a polícia engloba a justiça, as finanças, o exército, de modo que homens e coisas são considerados em suas relações. Porém, “o homem”, ou seja, “a vida”, é o seu verdadeiro objeto, cabendo a polícia permitir que os homens sobrevivam, vivam e façam melhor ainda (Foucault, 2006).

Essa forma de governo teve como pressuposto principal a arquitetura disciplinar do espaço (a regulação das circulações, a regulação das condutas), pode-se dizer que as disciplinas emergem nesse cenário. Segundo Foucault (2008b), a disciplina analisa e decompõe os indivíduos e os lugares; classifica os elementos em função de determinados objetivos; estabelece sequências ou coordenações; fixa os procedimentos de adestramento progressivo e controle permanente; distingue quais serão qualificados como inaptos e incapazes e os demais.

O conjunto de procedimentos que caracteriza o poder disciplinar, tais como adestramento, ampliação das aptidões e forças, crescimento da utilidade e docilidade, etc., configura uma anatomopolítica do corpo humano. Porém, o que parece caracterizar o poder disciplinar é o fato de ele dividir o corpo em partes e treiná-lo com o objetivo de fazer as partes e o todo funcionarem de maneira mais eficiente. Isso acontece de uma forma sutil e contínua, numa rede de micropoderes, incluindo o uso do espaço e do tempo.

No final do século XVIII, instala-se uma nova forma de direito, que é o direito *de fazer viver e de deixar morrer*. No plano do contrato social, quando os indivíduos se reúnem para constituir um soberano, eles o fazem por necessidade, buscando uma maior ordem e segurança social, ou seja, o fazem para proteger a vida, que é o motivo fundamental do contrato. Isso “mostra que o problema da vida começa a problematizar-se no campo do pensamento político” (Foucault, 2005, p.288). Esta nova tecnologia de poder — biopo-

der — não exclui a técnica disciplinar, mas a integra, a embute; ela se instala e se dirige à multiplicidade dos homens, na medida em que forma uma massa global afetada por processos que são próprios da vida — o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. (Foucault, 2005). Portanto, a ênfase não está mais na anatomopolítica do corpo humano, mas na biopolítica da espécie humana.

Temos, assim, um novo elemento em cena: a *população* - um novo corpo político que, a um só tempo, é instituído pelo biopoder e objeto sobre o qual este se exerce (Foucault, 2005). “A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder [...]” (Foucault, 2005, p.292-293).

Em *Ditos e Escritos*, volume III, Foucault apresenta a noção de biopolítica, defendendo a seguinte hipótese:

[...] com o capitalismo, não passamos de uma medicina coletiva para uma medicina particular, senão que foi justamente o contrário que aconteceu; o capitalismo que se desenvolveu no final do século XVIII e no início do século XIX antes de mais nada socializou um primeiro objeto, o corpo, em função da força produtiva, da força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se faz somente pela consciência ou pela ideologia, mas no corpo e pelo corpo. Para a sociedade capitalista, é o biopolítico que importava antes de mais nada, a biologia, o somático, o corporal. O corpo é uma realidade biopolítica; a medicina é uma estratégia biopolítica. [...] É certo que o corpo humano foi reconhecido política e socialmente como uma força de trabalho. No entanto, parece característico da própria medicina ocidental que, no início, o poder médico não tenha se preocupado com o corpo humano enquanto força de trabalho. A medicina não se interessava pelo corpo do proletariado, pelo corpo humano, como instrumento de trabalho. Isso não foi o caso antes da segunda metade do século XIX, quando apareceu o problema do corpo, da saúde e do nível da força produtiva dos indivíduos (Foucault, 2001, p.210).

A dimensão focada no corpo-espécie que caracteriza o biopoder — nascimentos e mortalidade, saúde, longevidade — é um processo também de intervenção e controle regulador que configura uma biopolítica da população. Portanto, a biopolítica é uma estratégia ao mesmo tempo de proteção e de maximização dessa força: a vida dos indivíduos, a partir daí, começará a valer muito porque será essencialmente força de trabalho. A vida vale porque é útil; mas ela só é útil porque é, ao mesmo tempo, sã e dócil, ou seja, medicalizada e disciplinarizada. A população será “o

objeto que o governo deverá levar em conta nas suas observações, em seu saber, para chegar efetivamente a governar de maneira racional e refletida" (Foucault, 2008b, p.140). De certa forma, a economia política constituiu-se "a partir do momento em que, entre os diferentes elementos da riqueza, apareceu um novo sujeito, que era a população" (Foucault, 2008b, p.140). Assim, será nessa rede múltipla e contínua de relações entre a população, o território e a riqueza que se constituirá a ciência chamada "economia política", bem como um tipo de intervenção característico do governo, que será a intervenção no campo da economia e da população.

Nessa visão, os indivíduos tornar-se-ão instrumentos aos fins do Estado. A justiça, o bem-estar e a saúde são importantes para os indivíduos porque estes aumentam a força do Estado. Assim, para governar, será necessário um conhecimento político sobre os indivíduos: suas inclinações, habilidades e capacidades. Foucault (2008b) denomina essa economia geral de poder que entra em funcionamento no final do século XVIII de dispositivos de segurança. Ele diz que, enquanto a disciplina isola, determina um segmento, concentra, centra, encerra, os dispositivos de segurança deixam fazer (dentro de certo nível), ampliam, são centrífugos. Enquanto a disciplina se exerce sobre o corpo dos indivíduos, a segurança se exerce sobre o conjunto da população. A liberdade será fundamental nesse novo cenário. Ela significa a possibilidade de movimento, de circulação das pessoas e coisas; ela será uma das dimensões da implantação dos mecanismos de segurança.

Importa dizer que a doutrina liberal precisa de liberdade para poder agir: liberdade de expressão, liberdade de discussão, liberdade de mercado, etc. A elaboração e a intervenção do poder público estão diretamente relacionadas com o princípio da utilidade, que indica no que o Governo pode mexer e no que o Governo não deve mexer. O Governo estará preocupado continuamente com o jogo entre interesses coletivos e interesses individuais, entre liberdade e segurança, ou seja, ao mesmo tempo em que a liberdade é produzida — pois o liberalismo é definido no livre jogo dos interesses individuais —, é preciso estabelecer-lhe limites e controles.

É importante enfatizar que os estudos e análises políticas que Foucault desenvolveu mostraram que o liberalismo, constitutivo da Modernidade, corresponde à máxima governamentalização do Estado, assim como está diretamente implicado com o problema de conciliar a liberdade de mercado com o exercício ilimitado da soberania. Percebe-se a especificidade do liberalismo por sua máxima economia interna. Com a lógica do liberalismo, pode-se entender "a so-

cidade como um todo que deve ser harmônico pela combinação complementar de seus indivíduos, cada um funcionando como um átomo indivisível, centrado e estável, que é, em si mesmo e ao mesmo tempo, réu e juiz, ovelha e pastor" (Veiga-Neto, 2000, p.187). Dessa maneira, o liberalismo ocupa-se do "governo da sociedade" — uma sociedade formada por um sujeito cidadão, com direitos e deveres.

Como na perspectiva foucaultiana governar é estruturar o eventual campo de ação dos outros, o governo implica um elemento importante, que é a "liberdade" (no seu sentido moderno), pois "o poder só se exerce sobre 'sujeitos livres', enquanto 'livres'" (Foucault, 1995, p.244). Porém, a busca do equilíbrio entre liberdade e segurança, que é um dos grandes objetivos da Modernidade, talvez seja uma incongruência lógica e uma impossibilidade prática (Bauman, 2008). O próprio Rousseau acreditava que a realização *plena* do seu projeto educativo — educação do homem (natureza) e educação do cidadão (sociedade) — era uma impossibilidade, pois haveria uma tensão permanente entre esses dois modelos educativos. Abdicar da educação do homem significaria entregar Emílio à barbárie e abdicar da educação do cidadão significaria confiná-lo (Streck, 2004). Em Rousseau, o cidadão será esse indivíduo autônomo, capaz de enfrentar os desafios do mundo do qual faz parte. O soberano representará a vontade geral, mas a repressão será necessária quando as vontades particulares não estiverem em sintonia com a vontade geral (Streck, 2004).

Além de abordar a importância da vontade geral como princípio da igualdade, a noção de liberdade individual é central na teorização de Rousseau, que dizia: "o homem nasceu livre, e por toda parte geme agrilhado" (Rousseau, 2005, p.23). Muitos pensadores dizem que Rousseau não abordou o "amor próprio" ou o "individualismo" tal qual os concebemos nos dias atuais, mas o "amor de si"¹, que ligaria o indivíduo ao "bem comum" — noção de fraternidade —, o que fica claro na seguinte passagem: "*cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a suprema direção da vontade geral e recebemos enquanto corpo cada membro como parte indivisível do todo*" (Rousseau, 2005, p.32, grifos do autor).

1 "Em *A Condição Humana*, Hannah Arendt reconhece em Rousseau o primeiro teórico da interioridade, que aparece como uma forma de resistência à introdução do social na esfera privada, a rebelião do coração contra a existência social. Rousseau é também o inventor do amor romântico, que, por ser extramundano, é anti-político, 'talvez a mais poderosa das forças humanas anti-políticas'. Arendt critica o eu da interioridade, do amor romântico, a idéia de procurar a verdade sobre si no profundo de si mesmo, nas emoções, na sexualidade, no amor" (Ortega, 2008, s/p).

Pode-se dizer que a individualização hoje significa algo muito diferente do que significou nos tempos “da louvada ‘emancipação’ dos humanos da rede fortemente costurada de dependência, vigilância e imposição comunais” (Bauman, 2008, p. 63). Até porque, num primeiro momento da Modernidade, foi plausível imaginar a sociedade em função de uma rede de deveres e obrigações na qual os sujeitos eram apanhados à medida que cresciam e conquistavam seus direitos de adultos (Bauman, 2000). No interior desse novo jogo neoliberal de constituição e dissolução da sociedade civil, os sujeitos de interesse precisam buscar de maneira isolada um sentido às suas vidas.

A inclusão, não mais entendida como reclusão, mas como uma estratégia que permite a circulação e a mobilidade dos indivíduos, será fundamental dentro dessa nova lógica. Trata-se de entender que, no contexto atual, “certas normas são instituídas não só com a finalidade de posicionar os sujeitos dentro de uma rede de saberes” (Lopes, 2009, p.155), mas de criar o interesse de todos permanecerem no jogo econômico, ou seja, todos devem manter-se em redes sociais e de mercado, todos devem permanecer incluídos pelo maior tempo possível. Essa parece ser a racionalidade de uma governamentalidade neoliberal que, além de nos manter capturados, nos articula de forma produtiva com o mercado.

Contemporaneidade, neoliberalismo e o sujeito empresário de si

A repulsa à rotina burocrática e a busca da flexibilidade produziram novas estruturas de poder e controle, em vez de criarem as condições que nos libertam (Sennett, 2004, p.54).

A epígrafe acima descreve, de certa maneira, o tempo em que estamos vivendo. Sennett (2004) diz que a rotina burocrática era típica das hierarquias piramidais, como as que governavam a era fordista, de forma que as atuais redes elásticas são mais abertas à reinvenção e a junção entre os nódulos da rede é mais frouxa. Isso não quer dizer que exista menos estrutura institucional, ou seja:

A estrutura permanece nas forças que impelem as unidades ou indivíduos a realizar; o que fica em aberto é como fazer isso, e o topo da organização flexível raras vezes oferece as respostas. Está mais em posição de fazer a contabilidade de suas próprias exigências do que de indicar um sistema pelo qual elas podem ser cumpridas (Sennett, 2004, p.65).

Harrison (*apud* Sennett, 2004) chama essa rede de relações de poder de “concentração sem centralização”, ou seja, o controle pode ser estabelecido instituindo-se metas de produção ou lucro que cada unidade tem liberdade de cumprir da maneira que julgar mais adequada. Se analisarmos o processo de autonomização das instituições através de uma gestão que deve promover a “participação” de todos os envolvidos na comunidade, veremos o quanto a *descentralização* — ou a *concentração sem centralização* — na tomada de decisões é incentivada e produzida através dos mais variados discursos. O “sucesso” passa a ser de “responsabilidade de todos”. Porém, os resultados das escolhas são medidos através de inúmeros instrumentos de avaliação. Os responsáveis pelo Sistema de Ensino fazem a contabilidade de suas exigências, verificando e medindo os índices alcançados por cada instituição educacional. Os índices indicam se os caminhos escolhidos de forma “autônoma” pelas instituições foram adequados ou não. É claro que a escolha de novos caminhos, quando necessário, cabe a cada uma das instituições que, provavelmente, querem melhorar os seus índices no próximo processo avaliativo.

Na esteira disso é que, por exemplo, o programa *Jovem Futuro*, do Instituto Unibanco, oferece às escolas do Ensino Médio uma oportunidade para melhorar o desempenho de seus alunos - *Para garantir nota máxima às escolas*. Vejamos o que diz o anúncio do jornal *Zero Hora* a respeito de tal programa brasileiro:

Se for preciso comprar um tênis para um estudante porque isso vai significar um melhor desempenho dele na escola, compra-se. Esse é o princípio do programa *Jovem Futuro*, do Instituto Unibanco, que dá apoio financeiro a escolas de Ensino Médio em todo o país. Além do recurso repassado mensalmente, a instituição dá lições de gestão a diretorias para que o dinheiro seja aplicado onde é mais necessário e para que os investimentos deem resultado. Seja uma sala de informática, um curso de aperfeiçoamento, um prêmio por desempenho ao professor. Ou um tênis. [...] Um mundo globalizado não consegue gerar bons postos de trabalho para quem não tem Ensino Médio. Os resultados parciais do programa mostram uma melhora significativa no rendimento dos alunos participantes. Em um ano, as escolas aumentaram o número de estudantes com proficiência em português e matemática. (Zero Hora, 2010, p.2)

Acredita-se que uma sociedade, para ser considerada sustentável, deverá criar estratégias para melhorar a mão-de-obra disponível em seu país. A inclusão educacional de todos é fundamental nesse sentido, pois o baixo nível educacional ainda é um dos principais obstáculos para o crescimento e o

desenvolvimento brasileiro. Num registro em que o tema da in/exclusão social tem estado no centro dos debates políticos educacionais, a política de Estado para inclusão tem levado os governos e as instituições a construir políticas sociais ditas mais inclusivas. Em nome de uma *educação para todos*, tem-se dado especial destaque, por exemplo, ao respeito e à tolerância para com a diversidade. Valendo-se de tais ideias, as políticas de inclusão têm ressaltado que incluir as pessoas em diferentes espaços sociais, pensando em suas necessidades e realidades, seria uma forma de desenvolver sua potencialidade e compensar sua deficiência e incapacidade. Todos os sujeitos podem desenvolver suas habilidades e competências, podem tornar-se sujeitos empresários de si mesmos, autônomos, capazes de se autogerenciar.

Pode-se dizer, portanto, que no mundo contemporâneo a “autonomia” dos sujeitos e das instituições (acompanhada pelas avaliações em larga escala e pela busca de eficácia nos resultados), o aumento da “liberdade de escolha”, a constituição de comunidades autogovernáveis —fragmentação do todo social—, a proliferação dos discursos sobre o respeito e a tolerância para com a diversidade, as discussões sobre a equidade social e o avanço da democracia nos fazem acreditar que vivemos em uma sociedade mais “libertadora”. Porém, somos cada vez mais regulados. Nessa nova lógica neoliberal, a liberdade de mercado será um princípio organizador e regulador do Estado, ou seja, não teremos um Governo econômico como sonhavam os fisiocratas, mas teremos um Governo de sociedade, que consistirá numa política social ativa, intensa e intervencionista (Foucault, 2008a). Esse intervencionismo social implicará uma renovação da unidade “empresa” como um agente econômico fundamental. Foucault (2008a, p.285) diz que:

uma verdadeira política social devia ser tal que, sem tocar em nada do jogo econômico e deixando, por conseguinte, a sociedade se desenvolver como uma sociedade empresarial, instaurar-se-ia um certo número de mecanismos de intervenção para assistir os que deles necessitam naquele momento, e somente naquele momento em que deles necessitam.

No seu artigo intitulado *Políticas de inclusão e governamentalidade*, Lopes (2009) destaca duas regras do jogo neoliberal que permitem que a sociedade funcione de maneira ordenada com um mínimo de custos: a primeira regra é manter-se sempre em atividade, ou seja, o maior número de pessoas deve integrar as malhas do poder; a segunda regra é a de que todos devem ser incluídos, em diferentes níveis de participação, ou seja, não há possibilidade de

qualquer um perder tudo ou ficar sem jogar. O ideal (para o jogo neoliberal) seria se todos os indivíduos assistidos por uma política social intervencionista desejassem permanecer no jogo e fizessem os movimentos necessários para que isso acontecesse.

Pode-se dizer que o que está em jogo no neoliberalismo não é mais a troca, mas a concorrência. A mobilidade de um indivíduo está diretamente relacionada com um empreendimento individual, um empreendimento de si mesmo com investimento e renda. As políticas econômicas, sociais, culturais e educacionais de todos os países desenvolvidos terão como foco a modificação do nível e da forma do investimento em capital humano. Nesse sentido, a inclusão passou a ser uma das formas encontradas para garantir que o indivíduo atinja uma condição econômica, social e cultural – educação e saúde – favorável. Fazer tal investimento tem sido considerado como uma maneira de promover mudanças sociais em curto e médio prazo (Santos, 2010).

Segundo Foucault (2008a), existem dois elementos centrais na concepção neoliberal norte-americana: o conceito de *Homo œconomicus* e o conceito de capital humano. O *Homo œconomicus* neoliberal passa a ser empresário de si mesmo, ou seja, assume uma ênfase diferente daquela do *Homo œconomicus* do liberalismo. O que caracterizava a concepção clássica do *Homo œconomicus* era a noção de sócio de intercâmbio, teoria da utilidade a partir de uma problemática das necessidades (Foucault, 2008a). O objeto das análises neoliberais será substituir em todo momento o *Homo œconomicus* sócio de intercâmbio por um *Homo œconomicus* sócio de si mesmo, que é seu próprio capital, seu próprio produtor, a fonte de seus ingressos. No neoliberalismo, o *Homo œconomicus* não é um sócio de intercâmbio. É um empresário de si mesmo.

O *Homo œconomicus* neoliberal é o homem da empresa e da produção — a empresa, a pessoa jurídica, torna-se o agente econômico fundamental. Assim, para os neoliberais, o investimento educacional deve ser entendido como algo muito mais amplo e numeroso do que um aprendizado escolar ou um aprendizado profissional. Esse investimento é o que vai formar uma “competência-máquina” e considerar todos os elementos que entram na constituição de um capital humano. Foucault (2008a) destaca os seguintes elementos que constituem a formação do capital humano: o tempo que os pais dedicam aos seus filhos fora das atividades escolares; o número de horas que uma mãe de família passa ao lado do filho quando ele

ainda está no berço; as horas efetivas que o pai e a mãe consagram ao seu filho. Portanto, serão o tempo dedicado, os cuidados proporcionados, o nível de cultura dos pais e o conjunto de estímulos culturais recebidos por uma criança que constituirão os elementos capazes de formar um capital humano. E será no ambiente familiar (e escolar) que a vida poderá ser calculada, quantificada e medida em termos de possibilidades de investimento em capital humano.

Nas palavras de Gadelha (2009, p.175), o sociólogo Lopez-Ruiz refere-se à noção de capital humano como um conjunto de habilidades, capacidades e destrezas que: “[...] em função do avanço do capitalismo, deve se tornar valor de troca. Para isso acontecer, esses atributos humanos precisam, de certa forma, ser abstraídos das pessoas concretas que os detêm, das pessoas concretas nas quais existem, e se articular (alinhar) em função de um fim externo a elas [...]”.

Para os economistas da Escola de Chicago²:

as competências, habilidades e aptidões de um indivíduo qualquer constituem, elas mesmas, pelo menos virtualmente e relativamente independente da classe social a que ela pertence, seu capital; mais do que isso, é esse mesmo indivíduo que se vê induzido, sob essa lógica, a tomar a si mesmo como um capital, a entreter consigo (e com os outros) uma relação na qual ele se reconhece (e aos outros) como uma micro-empresa; e, portanto, nessa condição, a ver-se como entidade que funciona sob o imperativo permanente de fazer investimentos em si mesmo — ou que retornem a médio e/ou longo prazo, em seu benefício — e a produzir fluxos de renda, avaliando racionalmente as relações de custo/benefício que suas decisões implicam (Gadelha, 2009, p.177).

Esse *Homo œconomicus* — sujeito empresário de si — que modifica o seu capital humano através de vários investimentos para aumentar as suas rendas precisa muitas vezes buscar de maneira isolada a solução para os seus problemas. Esse sujeito acaba sendo o único responsável pelos seus sucessos e pelos seus fracassos, de modo que precisa buscar soluções rápidas, ser flexível, o que pode ser percebido nos

fragmentos abaixo, retirados de reportagens de internet numa busca rápida que realizamos durante a escrita deste artigo:

Muitos pensam que **empreendedores** são aquelas pessoas de terno, gravatas e de fala bonita ou gênios que fazem o impossível acontecer [...] **Acredito que o espírito empreendedor** está em cada pessoa [...] (Monte, 2009, s/p, grifos do autor).

Aprender rápido é uma competência valorizada: em um mercado que muda sem parar, a agilidade para aprender coisas novas virou uma habilidade valorizada (Tozzi, 2010, s/p).

A palavra de ordem da atualidade passa a ser *flexibilidade* – sujeitos flexíveis, relações flexíveis, descentralização na tomada de decisões, autonomia, dentre outras formas de flexibilização do todo social. Popkewitz, Olsson e Petersson (2006) dizem que a especialização das Ciências Humanas tinha o objetivo de constituir a liberdade e a autonomia cosmopolitas. O cosmopolitismo organizava a vida por valores que eram pensados como universais e que prometiam o progresso das ações comunitárias e individuais — campos em constante conflito. A forma contemporânea do modo de vida cosmopolita implica: um sujeito aprendente por toda a vida que pode recriar continuamente o seu eu ao se tornar um agente de resolução de problemas; um indivíduo capaz de escolher e colaborar em comunidade de aprendentes num processo de permanente inovação, ou seja, um sujeito que seja responsável pelo progresso social e pela realização pessoal de sua própria vida; um indivíduo do agenciamento e da deliberação; um modo de viver inscrito na Sociedade da Aprendizagem³ (Popkewitz; Olsson; Petersson, 2006).

Importa dizer que “uma idéia de sociedade da aprendizagem nos é apresentada pelo pragmatismo de Dewey. O pragmatismo representa, com efeito, um modo de viver pelo uso da razão como um processo contínuo de resolução de problemas no qual o indivíduo está ligado ao bem coletivo da sociedade (a comunidade)” (Popkewitz; Olsson; Petersson, 2006, p. 432). Só que os valores que foram pensados como universais, que também prometiam progresso, se fragmentaram. Podemos falar em vários deslocamentos: da igualdade para a equidade; da segregação para a inclusão; do tão sonhado “todo social” para comunidades autogovernáveis; da lógica da rigidez para a lógica da flexibilidade.

2 A denominação *Escola de Chicago* surgiu na década de 1950 e faz alusão às ideias de alguns professores que, sob influência do paradigma econômico neoclássico e sob a liderança de Theodore Schultz, atuavam junto à Escola Superior de Administração, à Faculdade de Direito e ao Departamento de Economia da Universidade de Chicago. Além disso, o termo remete a um grupo de economistas que, além de servir de arauto à defesa do livre mercado, refutava e rejeitava os princípios da doutrina keynesiana (Gadelha, 2009). Dessa forma, os problemas da economia do terceiro mundo e a sua não-decolagem também serão repensados a partir do problema do capital humano (Foucault, 2008a).

3 Para maiores detalhes, sugerimos ver Santos (2006), Coutinho (2008) e Noguera-Ramírez (2011).

O imperativo da inclusão é uma estratégia fundamental no processo de empresariamento da sociedade, na produção de sujeitos empreendedores e na reconfiguração do papel do Estado na atualidade. Para que a governamentalidade neoliberal funcione, é preciso a inclusão social de todos, ou seja, a inclusão e o empresariamento de si são processos que se alimentam na produção de uma sociedade mais segura. A autogestão e a mobilidade são fundamentais para que a sociedade funcione com um mínimo de custos. Refletir sobre estas questões é fundamental para pensar a educação hoje.

Referencias bibliográficas

- Bauman, Z. (2000). *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2008). *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Coutinho, K. (2008). *A emergência da Psicopedagogia no Brasil*. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS.
- Fonseca, M.A. (2003). *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: EDUC.
- Foucault, M. (1995). O Sujeito e o Poder. In P. Rabinow e H. Dreyfus. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp. 231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1997). *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Foucault, M. (2001). *Ditos e Escritos III – Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2002). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (2005). *Em defesa da sociedade*. Trad. Maria Ermantina Galvão. Curso no Collège de France: 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2006). “Omnes et singulatim”: uma crítica da Razão Política. In M. Foucault. *Estratégia, Poder-Saber* (pp.355-385). Ditos & Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2008a). *Nascimento da biopolítica*. Trad. Eduardo Brandão. Curso no Collège de France: 1978-1979. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008b). *Segurança, território, população*. Trad. Eduardo Brandão. Curso no Collège de France: 1977-1978. São Paulo: Martins Fontes.
- Gadella, S. (2009). Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. Porto Alegre. *Revista Educação & Realidade* 34(2), 171-186.
- Klaus, V. (2011). *Desenvolvimento e governamentalidade (neo)liberal: da administração à gestão educacional*. Porto Alegre, UFRGS, 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Lipovetsky, G. (1983). *A era do vazio*. Lisboa: Antropos.
- Lopes, M. (2009). Políticas de inclusão e governamentalidade. Porto Alegre. *Revista Educação & Realidade* 34(2), 153-169.
- Monte, W. (2009). *Cultivando o espírito empreendedor*. Acesso em 13 de maio de 2010 em: <<http://www.artigonal.com/carreira-artigos/cultivando-o-espírito-empreendedor-1077554.html>>..
- Noguera-Ramírez, C. (2011). *Pedagogia e governamentalidade ou da Modernidade como uma sociedade educativa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Ortega, F. (2008). *Por uma ética e uma política da amizade*. Acesso em 20 de novembro de 2008 em: <<http://www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/95.rtf>>
- Popkewitz, Th.; Olsson, U. e Petersson, K. (2006). The Learning Society, the Unfinished Cosmopolitan, and Governing Education, Public Health and Crime Prevention at the Beginning of the Twenty-First Century. *Educational Philosophy and Theory* 38(4), 431-449.
- Rousseau, J. (2005). *Do contrato social: ou princípios do direito político*. São Paulo: Martin Claret.
- Santos, I. (2010). *Inclusão escolar e a educação para todos*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS/PPGEDU.
- Santos, J. (2006). *Formação continuada: cartas de alforria & controles reguladores*. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS.
- Santos, M. (1998). Revisitando a inclusão sob a ótica da globalização: duas leituras várias conseqüências. In L. Silva (org.). *A escola cidadã no contexto da globalização* (pp. 440-452). Petrópolis: Vozes.
- Sennett, R. (2004). *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.

- Stoer, S. e Cortesão, L. (2004). Multiculturalismo e política educacional em um contexto social (Perspectivas europeias). In N. Burbules e C. Torres (orgs.). *Globalização e educação: perspectivas atuais* (pp. 169-180). Porto Alegre: Artmed.
- Streck, D. (2004). *Rousseau & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Tozzi, E. (2010). *Aprender rápido é uma competência valorizada*. Acesso em 13 de maio de 2010 em: <<http://www.vocesa.abril.com.br/desenvolva-sua-carreira/materia/aprender-rapido-competencia-valorizada-532219.shtml>>
- Veiga-Neto, A. (2000). Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In G. Castelo Branco e V. Portocarrero (orgs.). *Retratos de Foucault* (pp.179-217). Rio de Janeiro: Nau.
- Veiga-Neto, A. (2003). *Foucault & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Veiga-Neto, A. (2006). Compreensão e rebeldia sobre nós mesmos. *IHU Online* (www.unisinos.br/IHU), São Leopoldo, edição 203, p.4-8, 6 de novembro.
- Zero Hora (2010). *Para garantir nota máxima na escola*. Porto Alegre, 12 de abr. Encarte: Nosso mundo sustentável.